

## PERSEGUIÇÃO AO POVO ROHINGYA EM MIANMAR SOB A PERSPECTIVA

### Autor(res)

Tammara Drummond Mendes  
Dulcineia Alves Dos Anjos  
Habib Ribeiro David  
Felipe De Almeida Campos  
Cintia Batista Pereira  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

A perseguição ao povo Rohingya, minoria étnico-religiosa muçulmana que habita o Estado de Rakhine, em Mianmar, constitui um dos mais graves casos contemporâneos de violação dos direitos humanos. Desde a década de 1980, os Rohingya têm sido privados de cidadania, alvos de deslocamentos forçados, assassinatos e violência sexual, práticas que configuram possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Essa situação desafia o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário, evidenciando a omissão da comunidade internacional diante de um possível genocídio. A análise jurídica dessa perseguição revela a importância da cooperação entre Estados e organismos internacionais na efetivação da proteção universal da dignidade humana. Assim, a consolidação da justiça e da paz requer não apenas o reconhecimento das violações, mas a efetiva atuação da comunidade internacional na prevenção e punição dos crimes cometidos contra o povo Rohingya.

### Objetivo

Analisar a perseguição ao povo Rohingya à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos, do Direito Internacional Humanitário, do Direito Penal Internacional e do Direito Constitucional, identificando as violações cometidas e os mecanismos jurídicos aplicáveis à responsabilização estatal e individual.

### Material e Métodos

O presente estudo foi desenvolvido com base em uma revisão bibliográfica e documental, utilizando relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), decisões da Corte Internacional de Justiça (CIJ), tratados internacionais e produções acadêmicas recentes sobre o tema. Adotou-se o método dedutivo, partindo dos princípios gerais do Direito Internacional e do Direito Constitucional para a análise do caso concreto dos Rohingya. Foram considerados instrumentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948), os Pactos Internacionais de 1966, as Convenções de Genebra (1949) e a Constituição de Mianmar (2008). O enfoque comparativo permitiu compreender a incompatibilidade entre o

## IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG

---

ordenamento interno birmanês e as normas internacionais de proteção da pessoa humana.

### **Resultados e Discussão**

Os resultados demonstram que a perseguição ao povo Rohingya viola princípios fundamentais do Direito Internacional dos Direitos Humanos, especialmente o direito à vida, à nacionalidade e à igualdade perante a lei. Sob o prisma do Direito Internacional Humanitário, constata-se a prática de ataques sistemáticos contra civis, configurando crimes de guerra. No âmbito do Direito Penal Internacional, há fortes indícios de genocídio e crimes contra a humanidade, conforme reconhecido pelo Tribunal Penal Internacional em 2019. No campo do Direito Constitucional, a exclusão legal dos Rohingya da cidadania birmanesa representa uma forma institucionalizada de discriminação e apartheid. A ausência de medidas efetivas por parte do Estado e da comunidade internacional agrava o quadro de impunidade, comprometendo o princípio da responsabilidade de proteger (R2P) e exigindo respostas coordenadas entre organismos internacionais, tribunais e Estados signatários de tratados de direitos humanos.

### **Conclusão**

A situação do povo Rohingya representa uma afronta direta ao sistema internacional de proteção da pessoa humana e aos valores constitucionais de cidadania e igualdade. A omissão de Mianmar em garantir direitos básicos e a ineficácia das respostas internacionais evidenciam a necessidade de reforço dos mecanismos de responsabilização penal internacional e de fortalecimento das instituições multilaterais.

### **Referências**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nova York, 1948.
- ONU. Relatório da Missão Internacional Independente de Investigação sobre Mianmar. Genebra, 2018.
- CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *The Gambia v. Myanmar (Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide)*. Haia, 2019.
- INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Decision on the “Prosecution’s Request for a Ruling on Jurisdiction under Article 19(3) of the Statute”. Haia, 2019.
- RODRIGUES, L. M. Direitos Humanos e Soberania: o caso dos Rohingya em Mianmar. *Revista de Direito Internacional*, v. 17, n. 2, 2021.